

19/12/2025 19:00 - Movimentações suspeitas envolvendo Sóstenes e Jordy somam R\$ 28,6 mi



do PL na Câmara.

Nesta sexta, os agentes cumpriram sete mandados de busca e apreensão autorizados por Dino com o aval da Procuradoria-Geral da República (PGR). As diligências incluíram busca pessoal, veicular e em imóveis de Jordy e Sóstenes.

Segundo as investigações, os dois parlamentares são suspeitos de usar locadoras de veículo de fachada para desviar a cota parlamentar - verba a que cada congressista tem direito para pagar custear o funcionamento de seu gabinete, incluindo despesas com o aluguel de frota de carros para deslocamento do deputado ou senador.

Nas redes sociais, Jordy disse estar sendo perseguido por Dino e negou qualquer esquema ilegal. "Hoje, no aniversário da minha filha, a PF fez busca e apreensão novamente na minha casa por determinação de Flávio Dino [ministro do STF]. Perseguição implacável!", escreveu.

Smurfing

De acordo com o relatório parcial da PF, além das quantias incompatíveis com a renda declarada, o que chamou atenção dos investigadores foi a realização de saques nunca superiores a R\$ 9.999,00, indicando a "possível prática de lavagem de dinheiro conhecida por "smurfing", que consiste em limitar o valor das transações para tentar burlar o monitoramento dos órgãos competentes.

Os maiores montantes suspeitos foram movimentados por Adailton Oliveira dos Santos, assessor especial do PL. Pela conta dele passaram mais de R\$ 11,4 milhões entre 2023 e 2024, quantia que "mostra-se incompatível com a capacidade econômica declarada do titular, considerando-se seu vínculo funcional e contexto familiar", escreveram os investigadores.

Já Itamar de Souza Santana, secretário parlamentar de Jordy, movimentou sozinho R\$ 5,9 milhões. Ele também foi alvo de buscas nesta sexta-feira.

Os investigadores afirmaram haver indícios de utilização de cota parlamentar para pagamento de despesas inexistentes ou irregulares. Além disso, foram anexados trechos de conversas no aplicativo WhatsApp que sugerem pagamento "por fora" por parte dos deputados.

Além das buscas contra os deputados e mais três pessoas, com a respectiva quebra de sigilos telefônicos e telemáticos, Dino autorizou a quebra de sigilo bancário dos parlamentares e outras 12 pessoas físicas e uma pessoa jurídica. O ministro mandou ainda que informações de interesse sejam compartilhadas com a Receita Federal.

A Polícia Federal (PF) apontou ao Supremo Tribunal Federal a existência de R\$ 28,638 milhões em movimentações suspeitas, sem justificativa plausível, em contas de assessores dos gabinetes dos deputados Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) e Carlos Jordy (PL-RJ), bem como funcionários do partido, entre outras pessoas próximas aos parlamentares.

As informações constam no relatório parcial, cujo sigilo foi levantado nesta manhã pelo ministro Flávio Dino, relator do caso no Supremo, e que embasou a Operação Galho Fraco, deflagrada pela PF nesta sexta-feira (19) tendo os parlamentares entre os alvos. Segundo informações preliminares, R\$ 400 mil em dinheiro vivo foram encontrados pelos agentes em um dos endereços de Sóstenes, que é líder

Fonte: Agência Brasil